Brasília, 12 de novembro de

2025.

À Sua Excelência o Senhor

Senador EFRAIM FILHO

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

REPRESENTAÇÃO À CMO - PLOA - Emendas de Bancada — Bancada Estadual de Alagoas

Senhor Presidente,

A recente Lei Complementar nº 210, de 2024, que trata da proposição e execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual, veda expressamente a individualização das emendas de Bancada Estadual, conforme abaixo:

"Art. 2º As emendas de bancada estadual de que trata o § 12 do art. 166 da Constituição Federal somente poderão destinar recursos a projetos e ações estruturantes para a unidade da Federação representada pela bancada, vedada a individualização de ações e de projetos para atender a demandas ou a indicações de cada membro da bancada. (grifo e negrito nossos)"

Tendo em vista que a prática da individualização está presente no processo legislativo orçamentário do PLOA 2026, nas deliberações da Bancada Estadual de Alagoas, solicito a Vossa Excelência a adoção das medidas saneadoras cabíveis, inclusive determinando a efetiva realização de reunião deliberativa da Bancada para decidir sobre as respectivas emendas, nos exatos moldes da Lei Complementar nº 210, de 2024 e demais normas regimentais.



Endereço: 15º andar – Anexo I – Senado Federal – Brasília – DF – CEP 70165-900

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RENAN CALHEIROS

Esclareço, ademais, que essa individualização de emendas coletivas, hoje legalmente vedada, tem sido prática corriqueira das deliberações da Bancada de Alagoas, por mim sempre contestada junto à sua Coordenação.

Aliás, por várias vezes levei ao conhecimento da Coordenação da Bancada Estadual de Alagoas a necessidade da realização de reunião deliberativa das emendas coletivas com a real presença dos próprios parlamentares e não com assessores, segundo explícita determinação do Art.47 da Resolução 01, de 2006/-CN, a bem da legitimidade política e democrática das decisões ali tomadas.

Face ao exposto e, certo do compromisso de Vossa Excelência com a constitucionalidade, bem como com a estrita legalidade e regimentalidade do processo legislativo orçamentária no Congresso Nacional, reiteramos, na presente **REPRESENTAÇÃO**, nossa solicitação quanto às providências saneadoras, a cargo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Atenciosamente,

Senado Renan Calheiros - MDB/AL



Endereço: 15º andar – Anexo I – Senado Federal – Brasília – DF – CEP 70165-900